O ENSINO DE MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Alícia Maria Almeida Loureiro (UFMG)
alicia.almeida@bol.com.br
Profa. Dra. Ângela Imaculada L. F. Dalben (UFMG)
dalben@ufmg.br

Resumo

Este artigo apresenta um panorama da pesquisa que vem sendo desenvolvida, em nível de doutorado, no contexto do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa refere-se ao ensino de música na educação infantil: entre o discurso e a prática. O objetivo central da pesquisa é analisar as práticas pedagógicas em música nas escolas de educação infantil, seus objetivos e contribuições no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas. Considera-se como orientação teórica, principalmente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, documento oficial do governo, bem como leitura específica sobre os projetos político-pedagógicos, com a intenção de discutir os processos de constituição do conhecimento escolar na educação infantil e como as investigações teóricas têm dado e podem dar subsídios para a educação musical na contemporaneidade. O estudo visa analisar como se dá a prática musical cotidiana nas escolas de ensino infantil, orientada para a observação de situações, tarefas ou atividades específicas que envolvam tanto o professor quanto a criança, focalizando suas práticas musicais vinculadas ao projeto político-pedagógico da escola, com o intuito de favorecer a reflexão e análise da atual prática pedagógica de música nas escolas de educação infantil.

Palavras-chave: Educação infantil. Ensino de música. Legislação educacional.

Introdução

São muitos os problemas enfrentados pela área de educação musical no contexto educacional brasileiro. Dentre eles, destacam-se como os de maior importância a falta de políticas públicas para o ensino de música nas escolas de ensino regular e o desconhecimento do valor da educação musical como área de conhecimento integrante do currículo escolar, principalmente na educação infantil, primeira etapa da Educação Básica.

Numa trajetória marcada por transformações culturais, sociais e políticas, o ensino de música sempre refletiu a influência de diversas concepções pedagógicas – das concepções tradicional, progressista e, mais recentemente, da concepção interacionista.

Embora nos meios científicos e acadêmicos a música seja reconhecida como área de conhecimento, cujos fundamentos básicos envolvem um misto de saberes, habilidades, atitudes e valores, na realidade isso não ocorre. O que encontramos nas escolas são práticas isoladas, bastantes variáveis e irregulares. Na verdade, quando ocorrem, estão muito distante de seu verdadeiro significado, priorizando aspectos disciplinares e atividades festivas.

O fato é que, na maioria das escolas onde há o ensino de música, os professores continuam reduzindo essa disciplina à realização de atividades lúdicas, com aspectos agradáveis, em que o produto final é mais importante do que o processo de aprendizagem que busca, como objetivo, a aquisição de um novo conhecimento.

A formação do professor por meio do curso de magistério do ensino médio, ou até mesmo dos cursos de graduação em Pedagogia ou Normal Superior, carece dos fundamentos mais elementares da arte musical. Além do mais, pretender o domínio do conteúdo musical em um curto espaço de tempo impossibilita um trabalho dinâmico e de qualidade.

Em princípio, esse quadro inviabiliza o trabalho do professor, que, na maioria das vezes, não está preparado para desenvolver objetivos

propriamente musicais e muito menos para lidar com as dificuldades e os imprevistos presentes em sua prática pedagógica diária.

Esse quadro, ainda presente em nossas escolas, confirma que a função da escola continua sendo a de efetuar a transposição didática dos conteúdos legitimados pela hierarquia dos bens culturais e, no caso da música, de conteúdos musicais que se definem como sendo "música clássica", "musica séria" ou "música de verdade". Neste caso, nas raras escolas onde a música está presente, geralmente encontramos seu ensino bem distante do contexto escolar e da realidade dos alunos.

Dessa forma, não basta apenas (re)introduzir a música no currículo escolar das escolas. Sua inserção no universo escolar depende, antes de mais nada, de uma análise mais profunda da atual realidade político-educacional brasileira para que nela a música possa ser vista e entendida como um componente curricular importante para a formação integral do indivíduo.

A educação musical vê-se, pois, diante de um desafio que, sem dúvida, apresenta-se como primordial para uma prática efetiva e consistente do ensino de música. É preciso promover, de modo mais amplo e democrático, uma educação musical de qualidade para a escola de ensino infantil e a construção de políticas educacionais que enxerguem o potencial formador de suas práticas e garantam a sua efetiva presença no espaço escolar.

Para entender a atual prática de música para as crianças de 0 a 6 anos de idade dentro do contexto educacional brasileiro e o sentido e o significado da música no contexto das interações cotidianas no processo educativo, é fundamental conhecer a sua relação com a educação infantil, a sua significância enquanto linguagem e o caminho percorrido para a inserção e a aquisição do saber musical dentro das salas de aula.

Investigar a contribuição e o papel da música na formação global de crianças de zero a seis anos de idade, que freqüentam a escola nos anos iniciais de escolaridade, significa uma forma de pôr o docente/investigador em música, em contato com a prática, na possibilidade de cooperação entre o conhecimento e a aula, propriamente dita.

A prática musical na escola deve ser entendida e interpretada como um processo educacional orientado para a promoção e participação mais abrangente na cultura socialmente produzida. Pode, desse modo, proporcionar ao aluno o desenvolvimento da percepção, da expressão e do pensamento necessários à decodificação da linguagem musical, assim como dos sentidos e significados dessa linguagem na cultura de um povo.

A escola, como lugar de construção e reconstrução do conhecimento pode, em um processo de transformação constante, abrir espaços para que outras culturas sejam valorizadas e imprimir uma nova metodologia nas práticas cotidianas escolares, questionando discursos e propostas existentes que legitimam determinadas culturas e que reforçam as relações desiguais de poder na sociedade. Desta forma, a proposta curricular para o ensino de música deve pretender a implantação e o desenvolvimento de uma educação musical que esteja ao alcance de todos, como um meio de democratizar o acesso à arte.

A música, enquanto linguagem e área de conhecimento, inserida no contexto escola/sala de aula, não deve acontecer ao acaso. É fundamental dar às crianças uma orientação e instrumentos adequados e necessários para a sua auto-expressão, criatividade, a expressão de sentimentos e idéias, elementos imprescindíveis para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida e para um desenvolvimento harmonioso, coerente e saudável da sua personalidade. Isso significa que é fundamental o papel da escola no estudo da cultura musical, pois nela, como terreno de mediação, poderão ocorrer trocas de experiências pessoais, intuitivas e diferenciadas. Daí a necessidade de não perdermos de vista as práticas musicais que respondem a movimentos sociais e culturais que vão além dos muros da escola mas que refletem, mais cedo ou mais tarde, no interior da sala de aula.

Conforme pesquisa empreendida entre 1998 e 2001, ficou evidente que a educação musical tem uma função socializadora e que vem contribuir no desenvolvimento e formação integral do indivíduo. A importância do ensino de música na escola reside, então, na possibilidade de despertar habilidades e

condutas na criança, levando-a a sentir-se sensibilizada pela música, valendo-se da criação e da livre expressão (Loureiro, 2001).

Considerando que a música desempenha um papel ativo na formação geral do indivíduo, o conhecimento progressivo da linguagem musical deve ser dirigido no sentido de valorizar a percepção-expressão de elementos sonoro-musicais, em suas diferentes manifestações. O processo de ensino musical é, portanto, intelectual, cognitivo, afetivo, psicomotor e deve ocorrer pela mediação entre a realidade musical constituída e o sujeito.

Para que o ensino de música chegue a ser um veículo de conhecimento e contribua para uma visão intercultural e alternativa diante da homogeneização da atual cultura global e tecnológica, é necessário ter uma idéia clara, concreta, que viabilize ações conectadas à vida real. A intencionalidade dirigida e coerente com o universo dos alunos pode levar à integração de capacidades, modos pessoais de pensar, sentir e agir na busca do conhecimento global, de novas experiências e vivências. O essencial é entrar em contato com a própria música, de modo prazeroso e interessante para o aluno, e que o educador esteja preparado para descobertas e improvisos.

A visão da música como uma prática socialmente construída, voltada para o esforço de possibilitar a compreensão, o entusiasmo e a emoção pelo fazer musical por meio de ações criativas e significativas para a criança, é compartilhada por Forquin (1982), ao afirmar que "a educação musical, que deve ser indissoluvelmente cultural, gestual e emocional, enquadra-se numa formação global da personalidade. Com vistas a esta finalidade fundamental, a busca de recursos pedagógicos permanece indefinida; tanto quanto os outros setores, também aqui não existem receitas infalíveis, mas apenas opções e direções mais ou menos fecundas ou esterilizadoras em função da única coisa que nos importa: fazer da música uma dimensão integrante da personalidade, uma permanente exigência da vida" (p.82).

Essa afirmação nos leva a refletir e a buscar, como educadores, uma aproximação da música que é aprendida, ensinada e assimilada pelas crianças nos mais diversos contextos culturais e sociais. Reconhecer os valores

atribuídos à música pelos alunos deve partir do próprio cotidiano escolar, pois assim, numa ação conjunta, o professor pode superar a reprodução de idéias, normas e valores, dos modelos enraizados nos discursos acadêmicos. Ao professor cabe aproximar a criança da música contextualizando-a de acordo com a sua realidade, ao mesmo tempo que às crianças cabe viver com mais intensidade a música, enriquecendo, cada vez mais, o seu universo musical. Neste caso, atenção especial deve ser dispensada ao ensino de música no nível da educação básica, principalmente na educação infantil, pois é nessa etapa que o indivíduo estabelece e pode ter assegurada sua relação com o conhecimento, operando-o no nível cognitivo, de sensibilidade e de formação da personalidade.

Aprofundar neste caminho pode apontar para a importância de se conhecer tanto a política educacional inerente ao contexto escolar de educação infantil, na qual se estruturam as práticas educativas musicais, quanto a formação do educador infantil, sua inserção neste universo e sua visão sobre o papel da música no desenvolvimento global de crianças da faixa etária de zero a seis anos de idade.

Deste modo, enfocamos neste trabalho a dimensão relativa à concretização das políticas públicas com referência ao ensino de arte – especificamente de música – na prática escolar de educação básica – ensino infantil.

Com base nesta perspectiva, uma análise sobre as políticas públicas que orientam a educação infantil e suas implicações no âmbito social, político e educacional, torna-se pertinente para a identificação do valor e do lugar que hoje são atribuídos à educação musical dentro da nossa sociedade.

O RCNEI: uma breve avaliação

A finalidade da educação, no mundo de hoje, busca a superação de condicionantes estruturais que impedem que a escola se ofereça como lugar de promover a socialidade dos alunos. Isto significa pensar na possibilidade de

reverter o quadro que ainda se encontra na escola que se apresenta como "tradicional", onde a adequação do aluno a uma ordem existente ou até suplantada, obedecendo a parâmetros estabelecidos a partir de modelos já cristalizados e de critérios arbitrários, destituídos de significados e desvinculados da realidade sociocultural do aluno, ainda é uma realidade.

Nos dias atuais, armazenar e memorizar informações, conhecimentos estáticos e descontextualizados são ainda situações possíveis de se ver no contexto escolar, durante o processo de escolarização do aluno. Entretanto, o momento presente requer a valorização da intuição, da criatividade e da livre expressão da criança para que ela possa encarar as diversas situações do seu cotidiano e lidar com elas, seja dentro ou fora do contexto escolar.

O ensino de música como saber escolar inserido no currículo da escola infantil apresenta-se hoje diluído numa diversidade de funções e numa variedade de abordagens pedagógico-musicais. Na medida em que se almeja uma educação musical voltada para o prazer e o desabrochar da criança, o grande esforço requer a construção de uma prática educativa democrática, abrangente e formativa.

Neste caso, há duas realidades significativas, o discurso e a prática, uma vez que percebe-se uma dissonância entre o ensino de música, cuja organização curricular e orientação didática são apresentadas no terceiro volume – Conhecimento de mundo – do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com o fazer e ensinar música, enquanto prática educativa, dentro do contexto escolar mais restrito, ou seja, dentro das salas de aula.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 - "que estabelece, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica", foi desenvolvido pelo Ministério da Educação o documento intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998).

Esse documento, composto de três volumes (1. Introdução; 2. Formação Pessoal e social e; 3. Conhecimento de mundo), em cumprimento ao artigo 9, item IV, da LDB – Lei n° 9394/96, que confere à União "estabelecer, em

colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum", objetiva auxiliar os profissionais que atuam diretamente na educação infantil, na realização de seu trabalho educativo diário junto às crianças de zero à seis anos de idade.

Assim, o RCNEI foi criado para atender às necessidades de referências nacionais para essa etapa do processo educacional, explicitadas em estudo desenvolvido, em 1996, pelo Ministério da Educação e do Desporto. Este estudo, que resultou no documento intitulado "Proposta pedagógica e currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise", constatou a diversidade e multiplicidade de propostas curriculares elaboradas para a educação infantil geradas nas últimas décadas, nos mais diversos lugares do Brasil. Entretanto, este estudo detectou uma vasta produção que revela a riqueza de soluções e alternativas encontradas nas diferentes regiões brasileiras, ao mesmo tempo que revelou as desigualdades de condições institucionais para garantir a qualidade nessa etapa educacional.

Com o intuito de proporcionar "uma ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras" (Brasil, 1998,v I, p.8) o RCNEI, visando a melhoria da qualidade da educação dirigida às crianças pequenas pretende, não apenas contribuir para que as crianças tenham um "desenvolvimento integral de suas identidades, que possam crescer como cidadãos cujos direitos à infância sejam reconhecidos" (Brasil, 1998, v I, p. 8), mas também "contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural" (Brasil, 1998, v I, p. 8).

Como Referencial, pretende orientar e não determinar estruturas curriculares rígidas, determinantes de um currículo mínimo. Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da

antecipação da escolaridade das pré-escolas. Assim, ele pretende combater as desigualdades, considerar as diferenças da sociedade brasileira, respeitar propostas curriculares existentes, ao mesmo tempo que estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil.

De acordo com Cerisara (2002, p. 335):

> Se é possível considerar um possível avanço para a área a existência de um documento que se diz voltado para a educação infantil, é preciso verificar até que ponto ele efetivamente garante a especificidade defendida pelos educadores da área para o trabalho a ser realizado com meninos e meninas de 0 a 6 anos em instituições educativas como creches e pré-escolas. Além disso, é preciso verificar até que ponto ele contempla o que anuncia.

O Referencial que visa, sobretudo, funcionar como elemento orientador de ações na busca de melhoria de qualidade da educação infantil brasileira vem, portanto, estabelecer um diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das diferentes instituições, nos diferentes sistemas que atendem à educação de crianças de zero a seis anos de idade. Apresentando-se como uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, O RCNEI busca, entretanto, direcionar as ações pedagógicas, abordando, em seu bojo, considerações alusivas a creches e pré-escolas, trazendo concepção de criança, de educar, de cuidar e brincar, ao mesmo tempo em que tece considerações quanto à formação do professor e os marcos referenciais para a construção das propostas pedagógicas. Sua finalidade é fazer com que a escola colabore na construção de uma sociedade mais humana, justa e feliz.

Apesar de não se constituir uma lei trata-se, portanto, conforme explicitado em seu documento introdutório, de "servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a

seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira" (Brasil, 1998, v I, p. 8).

O RCNEI (1998), que apresentada as diretrizes do governo em relação a esta faixa etária e que traz orientações para cada área de conhecimento que compõe o currículo do ensino infantil veio, então, responder às necessidades de referências nacionais para essa etapa do processo educacional, buscando estabelecer uma política de ensino para o país e favorecer reestruturações de propostas educacionais, levando-se em consideração as inúmeras e diversas formas de propostas de currículo elaboradas para a educação infantil nos últimos anos, em diferentes locais do Brasil.

Sem a pretensão de solucionar os complexos problemas dessa etapa da Educação Básica, o RCNEI se orienta pela preocupação de imprimir à escola caráter mais democrático levando-a, assim, a proporcionar aos alunos um conjunto de práticas pedagógicas planejadas, que lhes possibilitem apropriar-se, de forma participativa e construtiva, de conteúdos sociais e culturais indispensáveis ao seu desenvolvimento, bem como de toda a sociedade.

O RCNEI, ao definir dois âmbitos de experiências: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, apresenta o ensino de música como proposta específica, como linguagem e objeto de estudo. O terceiro volume, relativo ao âmbito de experiência, sob o título "Conhecimento de Mundo", contêm em seu interior seis documentos referentes aos eixos de trabalhos orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

De acordo com o RCNEI, "estes eixos foram escolhidos por constituírem uma parcela significativa da produção cultural humana que amplia e enriquece as condições de inserção das crianças na sociedade" (v.1. p, 46). O âmbito de Conhecimento de Mundo "refere-se à construção de diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento.

Este âmbito traz uma ênfase na relação das crianças com alguns aspectos da cultura" (v.1, p. 46).

A cultura, na perspectiva do RCNEI, é entendida de uma forma ampla e plural, como o conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais da humanidade construído ao longo das histórias dos diversos grupos, englobando múltiplos aspectos e em constante processo de reelaboração e resignificação. Sendo assim, ao considerar o domínio progressivo das diferentes linguagens (Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática) acredita estar favorecendo a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propiciando a interação com os outros e facilitando a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Incide sobre aspectos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem e engloba instrumentos fundamentais para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida. (v. 1, p.46).

Dos três volumes, este é o mais extenso. Além da *Carta do Ministro,* endereçada ao professor de educação infantil e da *Apresentação,* assinada pela Secretaria de Educação Fundamental, este volume contempla, em cada um dos sub-eixos já referidos acima, os seguintes itens: Introdução, Presença do Movimento (da Música, das Artes Visuais, da Linguagem Oral e escrita, da Natureza e Sociedade e da Matemática) na educação infantil: idéias e práticas correntes, Objetivos, Conteúdos, Orientações gerais para o professor e, por fim, o item observação, registro e avaliação formativa.

Definida como área específica de conhecimento, a proposta da área de música que, ao longo do texto, apresenta várias sugestões interessantes, revela em seu interior um avanço no ensino de música ao desvincular-se do currículo meramente a serviço das outras disciplinas, como um adendo, um suporte, um mero recurso didático para facilitar a apreensão de conteúdos. O Documento considera ainda o aspecto da interação da música com as outras linguagens (movimento, artes visuais, artes cênicas), mantendo com elas contato direto e estreito possibilitando, inclusive, a realização de projetos

interdisciplinares, que envolvam, além da linguagem musical, demais áreas do conhecimento.

Observa-se, contudo, que a música é acolhida nesta proposta como dotada de valor em si mesma, propondo que seja tratada com autonomia que lhe é inerente, em situações e contextos pedagógicos que possibilitem a experimentação, a descoberta, a criação e o pensar sobre essa linguagem respeitando, acima de tudo, a valorização e o respeito à música da cultura infantil.

A concepção de música adotada neste Referencial aponta para a possibilidade de uma real construção do conhecimento musical, impulsionando para reais aprendizagens efetivas das crianças, rompendo com a dimensão simplista de transmissão-assimilação de conteúdos.

Sendo assim, ao considerar o domínio progressivo das diferentes linguagens (Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática), acredita estar favorecendo a expressão e a comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propiciando a interação com outras pessoas e facilitando a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Neste sentido, pode-se dizer que houve um avanço no ensino de música ao considerá-la, além de uma atividade meramente recreativa ou a serviço de outras disciplinas, como recurso lúdico para fixar conteúdos.

Um documento como esse afirma a importância do ensino de música no âmbito da Educação Infantil, porém, na prática, há uma carência de propostas e de realizações, além do desconhecimento por parte dos educadores dessa faixa etária do verdadeiro valor e significado da música para essas crianças. O desenvolvimento dos conteúdos propostos dentro do eixo de trabalho em música irá requerer, no nosso entendimento, profissionais com habilitação na área, envolvidos em um trabalho de reflexão crítica contínua sobre sua prática. Tudo isso implica em uma definição clara quanto ao seu objetivo, seu conteúdo e uma atitude frente à fragilidade na formação do educador infantil em lidar com os conteúdos da música.

Mesmo contando com o suporte do RCNEI, a educação musical a nível de ensino infantil não apresenta uma característica própria, um direcionamento que lhe dê a identidade de saber escolar, com possibilidades de acesso irrestrito à prática musical, onde se articulam experiências adquiridas tanto fora quanto dentro do sistema escolar de ensino. A educação musical requer novas propostas, novas e efetivas possibilidades de intervenção educativa, pois é nessa fase da escolaridade que se dá a formação e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho futuro do indivíduo.

O ensino de música vem lutando por seu espaço no contexto institucionalizado. A estruturação curricular da disciplina Música vem gerando, ao longo dos anos, questões e debates quanto à sua constituição como disciplina escolar bem como quanto à sua programação como prática pedagógica no interior das salas de aula.

Na perspectiva educativa, onde diferentes tipos de discursos e práticas interagem na constituição de identidades e subjetividades, esse quadro de indefinição impede a construção de uma prática educativa consistente e autoformadora. Mesmo que o ensino de música nas escolas de ensino infantil esteja diluído em práticas metodológicas diversas, muitas vezes por falta de fundamentação teórica consistente ou por uma formação inadequada do educador infantil, a educação musical não pode fugir a uma reflexão crítica para aprofundamento do valor e do significado da música para a formação geral do indivíduo.

Valores atribuídos à música sofreram modificações, alterando concepções de ensino e exercendo influência sobre o conteúdo a ser ensinado. Presente em diferentes épocas e sociedades, e em diversos contextos da educação escolar, é possível perceber que os valores são subjacentes a cada tipo de sociedade, a qual se incumbe de estrutura-los e legitimá-los, o que vem interferir na determinação dos conteúdos a serem ensinados.

Reconhecer o valor das vivências e das experiências dos alunos deve partir do próprio cotidiano escolar, pois assim, numa ação conjunta, o professor pode superar a reprodução de idéias, normas e valores, dos modelos

enraizados nos discursos acadêmicos e tentar uma aproximação com o conhecimento que os alunos levam para dentro da sala, contextualizando-o de acordo com a sua realidade, ao mesmo tempo que aos alunos cabe vivê-los com mais intensidade, enriquecendo, cada vez mais, seu universo cultural.

Freqüentemente, os currículos escolares e as práticas educativas musicais respondem a momentos e movimentos sociais e culturais que ultrapassam o espaço escolar. Contudo, os conteúdos de cada área do currículo, ou seja, aquilo que deve ser ensinado e aprendido por todos os alunos, de todos os níveis, precisam ser organizados e tomar por base três critérios que consideramos de suma importância para sua validação e operacionalização. Em primeiro lugar, os conteúdos devem possuir significado cultural para os alunos; em segundo lugar, devem emergir do seu próprio meio, ou dele se aproximar o máximo possível e, finalmente, possibilitar aos alunos meios para uma aproximação a novos conhecimentos, experiências e vivências. Entretanto, sabemos que, efetivamente, o acesso às práticas pedagógico-musicais não está ao alcance de todos e, o que é pior, as oportunidades se abrem apenas àqueles que dispõem de instrumentos apropriados para sua apreensão.

O RCNEI vem dar essa garantia na medida em que torna o conhecimento da linguagem musical elemento importante do processo educativo para o desenvolvimento integral da criança. O problema começa aí, a partir do momento em que passar do papel e chegar até as escolas, ser incluído no currículo e oferecido aos alunos no horário escolar requer um maior interesse por parte dos administradores escolares, manifestando-se pela sensibilização e pelo valor do ensino de música na escola e dos próprios docentes, na busca incessante de uma formação contínua e permanente, consciente da necessidade de um ensino mais crítico e criativo no contexto de uma educação integrada com a comunidade social.

Ainda com referência à música, a especificidade da área e a complexidade de elementos em seu delineamento enquanto linguagem devem objetivar um constante aprimoramento do seu conteúdo, tornando-o claro e

adequado e com possibilidades reais de serem trabalhados no contexto da instituição escolar que atende às crianças pequenas, principalmente se levarmos em conta a formação e qualificação do profissional da educação infantil e as reais condições (humanas e materiais) para o desempenho do trabalho na atual realidade de nosso país.

Contudo, não podemos negar que sua inserção no currículo como uma ampliação do universo cultural infantil já aponta para uma visão bem mais realista e interessante quanto ao papel que a música pode e deve desempenhar na vida de todos os cidadãos, melhor ainda se começar pelos pequeninos.

Entretanto, como tornar o ensino de música educativo, ao mesmo tempo prazeroso, para estas crianças considerando-se que a maioria dos professores de educação infantil não tem uma formação específica em música?

Dessa forma, é fundamental uma análise das políticas educacionais para respaldar ações promotoras de aprimoramento na organização e na prática escolar, promovendo as condições necessárias para novas propostas, reivindicações e a construção de alternativas, redimensionando o papel da música na escola infantil para que ela possa vir a ter, de modo consciente, um valor significativo no processo de educação escolar.

O nosso testemunho enquanto educadores musicais, interessados e motivados por entender as políticas educacionais que norteiam a educação infantil, leva-nos a problematizar a atual situação institucional do ensino de música no âmbito escolar, sobretudo no período escolar que abrange a faixa etária entre zero a seis anos.

A Pesquisa: o contexto do estudo e o seu método

A partir destas considerações, e buscando entender como se dão as práticas educativas de música no contexto da educação infantil, surgem questões fundamentais como forma de direcionar a pesquisa, tais como: qual o sentido e o significado da educação musical no projeto político-pedagógico das instituições de educação infantil? Como as leis educacionais e os diversos

dispositivos legais são incorporados pelo sistema de ensino? Como os termos normativos e as propostas oficiais se concretizam nas práticas pedagógicas cotidianas? Quem é o educador que trabalha com música na educação infantil? Que concepções de música orientam os profissionais de educação infantil em suas práticas musicais no cotidiano escolar? Como o educador organiza pedagogicamente suas práticas musicais? Em que se baseia para definir as atividades musicais desenvolvidas em sala de aula? Conhece o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil? Quais os limites e as possibilidades para a educação musical enquanto área de conhecimento nas escolas de ensino infantil?

Estas questões, que revelam o interesse em conhecer a realidade atual de nosso objeto, levou-nos a formular os seguintes objetivos norteadores da nossa reflexão: analisar as práticas pedagógicas em música nas escolas de educação infantil, seus objetivos e contribuições no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas, identificar as concepções de música do professor de educação infantil que orientam as práticas musicais na sala de aula, identificar relações entre a proposta apresentada pelo RCNEI, na linguagem *música,* com a atividade musical desenvolvidas nas salas de aula, avaliar os impactos de documentos oficiais no cotidiano das práticas.

Um trabalho dessa natureza ressalta a importância e a necessidade de uma análise mais detalhada da articulação entre a dimensão político-educacional e as dimensões práticas das atividades educativas em música no âmbito da educação infantil.

A pesquisa prende-se, então, à resposta de uma questão central e fundamental: Qual o sentido e o significado das práticas educativas em música nas escolas de educação infantil? A abordagem do objeto procura estabelecer um diálogo entre os indicadores teóricos, tomando como base, principalmente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, documento oficial do governo, com o trabalho de campo, em uma abordagem qualitativa, onde se privilegia a apreensão do ponto de vista de professores da educação infantil

com relação aos determinantes curriculares e com as atividades musicais propriamente ditas no cotidiano escolar.

Com o apoio da literatura diversificada a pesquisa busca, inicialmente, o entendimento das raízes históricas do ensino musical na infância, enfatizando a análise nos momentos e acontecimentos mais importantes, como as propostas educativas e a leis que regularam o ensino no país e, por fim, uma análise da prática musical na escola infantil no atual momento político- educacional.

Ainda na fase de estudos teóricos e documentais, é providencial a leitura específica sobre os projetos político-pedagógicos, com a intenção de discutir os processos de constituição do conhecimento escolar na educação infantil e como as investigações teóricas têm dado e podem dar subsídios para a educação musical na contemporaneidade.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, segunda etapa desta pesquisa, a abordagem metodológica aponta para uma pesquisa de caráter empírico-qualitativa, verificando como se dá a prática musical cotidiana nas escolas de ensino infantil, com possibilidades de revelar elementos importantes que possam viabilizar, por meio de uma reflexão mais profunda, um diálogo mais caloroso entre as políticas educacionais e a sua forma de execução pelos professores e educadores infantis.

Neste sentido, a pesquisa de campo, dentro da proposta inicial quando entendermos a música no contexto da educação infantil, contempla o universo de dez docentes. Desse universo, cinco lecionam em diferentes escolas da rede pública municipal de ensino e cinco da rede privada, de diferentes regiões da cidade de Belo Horizonte. A escolha da amostra se deve ao entendimento de que realidades sócio-econômico-culturais distintas possam oferecer maiores possibilidades de reflexão e análise da atual prática pedagógica de música nas escolas de ensino infantil.

A fim de abordar aspectos sobre a formação dos professores, suas concepções a respeito da música para crianças de zero a seis anos, as prioridades e os objetivos pedagógicos e as competências necessárias para a sua prática nesta faixa etária será utilizada entrevista semi-estruturada, na

qual os entrevistados, apesar de serem dirigidos por perguntas previamente determinadas, têm a liberdade de falarem sobre o assunto e de exprimirem suas opiniões.

Para investigar como atuam os professores com as crianças e as imbricações desse contexto no seu trabalho com a música escolhemos a observação de sua prática, orientada para a observação de situações, tarefas ou atividades específicas que envolvam tanto o professor quanto a criança, focalizando suas práticas musicais vinculadas ao projeto político-pedagógico da escola, com o intuito de favorecer a reflexão e análise da atual prática pedagógica de música nas escolas de ensino infantil.

Levamos em consideração o empenho do Estado em estabelecer uma política educacional para crianças pequenas ao reservar a elas um lugar de dignidade e respeito nas leis brasileiras. Nunca é demais assinalar que o Referencial, enquanto ação empreendida pelo Estado, não se implementa por si só. Este Documento, que assegura a todas as crianças da faixa etária de zero a seis anos uma educação de qualidade, resguardados seus direitos à infância e de crescerem como cidadãos, é dinâmico, tem contradições e pode gerar impasses e resultados diferentes dos esperados.

A esperança é que condições objetivas estejam sendo criadas para o avanço de políticas públicas que contemplem, com criatividade e eficiência, as diversidades culturais das crianças brasileiras.

Com referência à música, a especificidade da área e a complexidade de elementos em seu delineamento enquanto linguagem devem objetivar um constante aprimoramento do seu conteúdo, tornando-o claro e adequado e com possibilidades reais de serem trabalhados no contexto da instituição escolar que atende às crianças pequenas, principalmente se levarmos em conta a formação e qualificação do profissional da educação infantil e as reais condições (humanas e materiais) para o desempenho do trabalho na atual realidade de nosso país.

Contudo, não podemos negar que sua inserção no currículo como uma ampliação do universo cultural infantil já aponta para uma visão bem mais

realista e interessante quanto ao papel que a música pode e deve desempenhar na vida de todos os cidadãos, melhor ainda se começar pelos pequeninos.

O Referencial, no âmbito das leis, parece significar um avanço nos últimos anos, sustentado por uma interessante e mais humana concepção sobre a infância. Quanto às reais possibilidades de implementação, questionamos sobre as mudanças mais urgentes, que as leis possam de fato induzir sobre o alcance do maior número de crianças brasileiras a serem atendidas nesse direito.

Eixos de análise

Em linhas gerais, a proposta da pesquisa enfatiza a necessidade da articulação entre teoria (discurso oficial) e prática (realidade escolar). As proposições discutidas sugerem implicações ligadas ao saber didático, à formação de professores e às políticas públicas que orientam a educação no país. Pelo exposto fica evidente a importância de uma abordagem crítica dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil para que sejam exploradas as diversas possibilidades de sua implementação pelas instituições de educação infantil. Ademais, focaliza a intenção de revelar em seu conteúdo as dimensões acadêmicas, culturais e sociais para referenciar a instabilidade de políticas públicas educacionais que, conseqüentemente, vem gerando o descompasso musical que impregna a escola infantil.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Proposta pedagógica e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil: Brasília, MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1996.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1: Documento Introdutório; volume 2: Formação Pessoal e Social; volume 3: Conhecimento de mundo.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CERISARA, A. B. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 23. n. 80, p. 326-345, 2002.

FORQUIN, Jean-Claude. Música: Em busca de um desenvolvimento da educação musical. In: POORCHER, Louis. *Educação Artística: Luxo ou Necessidade?.* São Paulo: Summus, 1982.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. *O ensino de música na escola fundamental*. São Paulo: Papirus, 2003.